

Espaço Discente

Rubens Borba de Moraes e o Departamento de Cultura: novo paradigma às Bibliotecas Públicas brasileiras¹

Lilian Viana

Bacharel em Biblioteconomia pela ECA/USP

Bibliotecária da Biblioteca de São Paulo

E-mail: vianalil@gmail.com

Resumo: *Apresenta momentos da trajetória profissional de Rubens Borba de Moraes, dando ênfase a sua atuação como diretor da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo. Aborda as ações desenvolvidas pela Divisão de Bibliotecas, sob sua direção, e apresenta os modelos de biblioteca então criados. Considera tal momento paradigmático ao campo das bibliotecas públicas, ao constatar o empreendimento de esforços para que as mesmas sejam instituições para democratizar o acesso à Cultura e promover a cidadania.*

Palavras-chave: *Moraes, Rubens Borba de; Bibliotecas públicas; Departamento de Cultura de São Paulo*

¹ Artigo originado da monografia de conclusão de curso: VIANA, Lilian. **Biblioteca pública e Estado:** entre o sonho e a realidade. 2009. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, 201 p.

INTRODUÇÃO

Nascido em 23 de janeiro de 1899 na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, Rubens Borba de Moraes foi figura marcante no cenário cultural brasileiro, mais especificamente no campo das bibliotecas. Bibliotecário, bibliófilo e bibliógrafo, entre suas muitas atividades, o intelectual atuou em prol da preservação e disseminação da cultura escrita. Estudou na Europa, teve participação no movimento que deu origem à Semana de Arte Moderna de 1922, assim como na criação de algumas revistas, dentre elas a *Klaxon*. Rubens Borba de Moraes dirigiu a Biblioteca Nacional, de 1945 a 1947 e teve sua competência reconhecida no plano internacional sendo chamado para dirigir a Biblioteca e, posteriormente, o Centro de Informações da Organização das Nações Unidas (ONU), atividade que desempenhou entre os anos de 1948 a 1959.

Entre os anos de 1963 e 1970, Rubens Borba de Moraes exerceu a função de professor na Universidade de Brasília, lecionando Biblioteconomia, Bibliografia e História do livro, sendo que em 1974 lhe foi conferido o título de professor emérito. O intelectual morreu aos 87 anos de idade, deixando marcas profundas no campo da Biblioteconomia brasileira (BANDEIRA, 2005, p.10).

Nessas breves linhas foi possível entrever alguns momentos marcantes da vida de Rubens Borba de Moraes que muito contribuíram para o desenvolvimento da Biblioteconomia. No entanto, o objetivo deste estudo é apresentar com maior

profundidade as ações do intelectual no campo das bibliotecas públicas paulistanas, à época do Departamento de Cultura, pois, como afirma Camargo (1999, p. 79), Moraes “alterou o entendimento do uso e do papel cultural das bibliotecas”. Assim, a seguir, é apresentada a Divisão de Bibliotecas, do Departamento de Cultura, que, sob direção de Rubens Borba de Moraes, lançou novo paradigma no campo das bibliotecas, paradigma este que forneceu bases para o desenvolvimento de bibliotecas públicas de fato empenhadas em promover o contato da população com a cultura escrita, tendo em vistas a apropriação cultural.

AÇÕES NO CAMPO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Sob a gestão Fábio Prado (Prefeitura) e Armando de Salles Oliveira (Governo estadual), instituiu-se oficialmente o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, por meio do Ato municipal n. 861 de 30 de maio de 1935, seguido pelo Ato municipal n.1146, de 4 de julho de 1936, que consolida o papel do órgão, a ingressar no campo da ação e que passa a chamar-se apenas Departamento de Cultura. A instituição atuou de forma inovadora no campo cultural da cidade de São Paulo. Dentre as diversas mudanças, tem destaque a forma como passaram a ser encaradas as bibliotecas públicas municipais.

Sob os cuidados da Divisão de Bibliotecas diversas ações foram realizadas com o intuito de tornar a biblioteca *realmente pública*, ou seja, acessível a toda a população. De acordo com o Ato Municipal no 861 de 30 de maio de 1935, cabia ao Departamento de Cultura criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para disseminar a cultura em todas as camadas da população. Nesses termos, pretendia-se popularizar a cultura por meio da ação do Estado. Objetivava-se que os livros estivessem ao alcance de todos e conferiu-se à biblioteca a tarefa de democratizar a leitura. Assim, tentou-se difundir uma prática totalmente nova à população: a leitura.

Inicialmente, a Divisão de Bibliotecas foi dirigida por Eurico de Góes, o então diretor da Biblioteca Pública Municipal. Essa situação foi momentânea, sendo que Eurico de Góes aposentou-se em fins de 1935 e, como já era previsto, Rubens Borba de Moraes assumiu a chefia da Divisão (NEGRÃO, 1983, p. 63).

O intelectual marcou seu nome na história da Biblioteconomia brasileira. Tendo assumido a Divisão de Bibliotecas, Rubens Borba de Moraes dedicou-se profundamente à compreensão dessas instituições e teve sua atuação marcada pela inspiração no livro *Las Bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson.

Rubens Borba de Moraes foi responsável pela modernização dos serviços bibliotecários. Preocupou-se com a implantação de técnicas de organização e recuperação, pois, antes de assumir a Divisão, a própria Biblioteca Pública Municipal não seguia normas de

catalogação e classificação, sendo que estas atividades eram feitas com base em regras intuitivas (NEGRÃO, 1983, p. 72). É também conquista do intelectual a criação, em 1936, do primeiro curso, em São Paulo, sob responsabilidade do Departamento de Cultura, para formar bibliotecários aptos a atuarem nos diversos tipos de bibliotecas (a Biblioteca Nacional já possuía um curso, voltado a seus próprios funcionários). Quando Prestes Maia assumiu o governo municipal, porém, o curso foi extinto, sendo instituído novamente em 1940, incorporado à Escola Livre de Sociologia e Política.

Rubens Borba de Moraes conferia enorme importância às bibliotecas. Na visão do intelectual as bibliotecas deveriam ser capazes de atrair leitores de todas as origens sociais e formações culturais. Para tanto, acreditava na necessidade de ações específicas, conforme se evidencia em suas palavras: “Se continuarmos a agir – ou melhor, a não agir – como até hoje, o Brasil não será mais, dentro de poucos anos, um centro de cultura e de estudos brasileiros, mas apenas uma belíssima paisagem. Evitemos essa desgraça ridícula” (BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 164).

Nesses termos, a Divisão de Bibliotecas tinha o projeto de desenvolver uma rede de bibliotecas, que deveria compreender uma biblioteca central, no caso a Biblioteca Pública Municipal, voltada ao apoio à pesquisa, porém sem realizar empréstimo de obras; biblioteca infantil, destinada à Infância e Juventude; bibliotecas populares, a serem localizadas em bairros e nas quais a população poderia realizar o empréstimo de obras diversas; bibliotecas circulantes, montadas em caminhonetes adaptadas e que seriam responsáveis por levar os livros à população. Dentre os modelos de bibliotecas apresentados, as populares não chegaram a sair do papel com o advento do Estado Novo. Mais adiante serão expostas as especificidades de cada modelo proposto pela Divisão de Bibliotecas.

No cenário da década de 1930, com o acesso ao livro ainda dificultado pela escassa oferta, a iniciativa de criar uma rede de bibliotecas mostrou-se eficiente permitindo que a população pudesse ter acesso a obras variadas. De modo geral, as ações no campo das bibliotecas relacionam-se à preocupação com a formação de um público leitor. Para formar esse público, Rubens Borba de Moraes preocupou-se com a criação de acervos que pudessem atrair leitores das diversas camadas sociais, uma vez que grande parcela da população era afeita, sobretudo, ao caderno de esportes e às páginas policiais dos jornais. Deve-se observar que, apesar da biblioteca preocupar-se em atrair leitores diversos, com coleções que incluíam até mesmo publicações sobre viagens, havia preocupação com o aprimoramento cultural da população e não com o mero oferecimento de leituras utilitárias. Na realidade, a Divisão de Bibliotecas valia-se da oferta de obras diversas para conseguir atrair a população para a biblioteca, esperando que com o tempo as pessoas alterassem seu interesse, buscando obras de melhor

qualidade cultural em oposição às páginas policiais e de esporte dos jornais. (BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 167).

Havia a crença sincera na capacidade do livro de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Foi o período em que predominou a idéia, de influência norte-americana, de que seria possível fechar cadeias se bibliotecas fossem abertas (MILANESI, 1993, p. 63).

A Divisão de Bibliotecas, que ao iniciar suas atividades teve a verba para compra de livros aumentada em mais de 100%, mostrou que conferia nítida importância ao idioma das obras que comporiam o acervo das bibliotecas. Havia preocupação com a formação de coleções compostas por obras, majoritariamente, no idioma nacional. É interessante constatar que antes do Departamento de Cultura, a própria Biblioteca Pública Municipal tinha acervo predominantemente composto por obras estrangeiras, sobretudo em francês, fato que por si só questiona a validade do conceito de *pública* aliado ao de *biblioteca*, no sentido original pensado pelo Departamento de Cultura.

A Divisão de Bibliotecas, assim, teria como missão objetivar em ações práticas a democratização do acesso ao livro, sobretudo em um momento em que este se constituía em bem acessível a poucos. Do mesmo modo, eram necessários programas para formar funcionários para a mediação da leitura, por meio da capacitação de pessoal para atender de modo satisfatório os usuários das bibliotecas que surgiam.

De forma geral, pode-se observar que as ações da Divisão de Bibliotecas, sob direção de Rubens Borba de Moraes, propuseram-se a retirar a sociedade do estado de letargia cultural vivido e, para atender satisfatoriamente as várias necessidades da população, foram idealizadas bibliotecas distintas, as quais serão apresentadas a seguir.

A BIBLIOTECA INFANTIL

Rubens Borba de Moraes evidenciou a importância que conferia à criação de bibliotecas infantis:

Instituição mais importante ainda, sob o ponto de vista popular, me parecem as bibliotecas infantis de caráter proletário. Nós não podemos contar com a remodelação dos costumes, pelo menos unânime, nas pessoas do povo que já tenham trinta anos, por exemplo [...]. O que importa não é o... lirismo da leitura, mas a criação de um hábito completamente novo em nosso povo. A criança é o que interessa mais (MILANESI, 1993, p. 63).

As palavras do intelectual demonstram a preocupação com o desenvolvimento da prática da leitura nas crianças, por serem consideradas, em certa medida, o futuro do país. Sob esse pensamento nasce a Biblioteca Infantil, com foco na formação cultural de crianças e jovens.

Inaugurada em 14 de abril de 1936, situada à Rua Major Sertório e sob chefia de Lenyra Fracarolli, a Biblioteca Infantil visava atrair as crianças para esse novo universo; possuía sala de leitura, sala de livros, sala de revistas, sala de jogos e de festas, além de um cinema (NEGRÃO, 1983, p. 64).

A Biblioteca Infantil teve ampla aceitação pela população infantil, sendo que no ano de sua inauguração chegou a receber 25.547 crianças, número considerável para a população da época.

A Biblioteca foi formada tendo por base a constituição de acervo composto por obras nacionais de literatura infantil e traduções autorizadas de obras estrangeiras; além disso, o acervo constituiu-se de revistas educativas, gravuras, mapas, selos e moedas. Havia, também, a preocupação de ouvir as crianças para constatar quais obras preferiam. As bibliotecárias organizavam diariamente o *Jornal das Crianças*, feito com recortes de notícias de jornais que poderiam interessar às crianças e que deveria ser lido diariamente para o público. No mesmo ano de inauguração da Biblioteca, 1936, teve início o empréstimo domiciliar, assim como a criação do jornal *A Voz da Infância*, produzido pelas próprias crianças que, segundo Raffaini (2001, p. 68), publicavam “críticas de livros, crônicas, desenhos e biografias de escritores famosos”.

O primeiro número do jornal *A Voz da Infância* trazia depoimento das crianças evidenciando a preferência pelas obras de Monteiro Lobato. Tal era a importância do autor para a Infância que, em 1955, seria homenageado, passando a biblioteca a denominar-se Biblioteca Monteiro Lobato. Outra inovação da Biblioteca Infantil foi a criação de uma sala de cinema. De modo geral, o cinema infantil exibia filmes de Walt Disney e aqueles protagonizados por Shirley Temple. Essa foi uma das maneiras encontradas para trazer ao ambiente da Biblioteca um público que talvez não a freqüentasse espontaneamente em busca de livros (RAFFAINI, 2001, p. 75). Inicialmente o Departamento de Cultura objetivava exibir filmes educativos que trouxessem temas relacionados à saúde e higiene. Esse objetivo não foi conquistado, provavelmente, em virtude da curta atuação do Departamento e das dificuldades da indústria cinematográfica brasileira.

Em 1945, a Biblioteca Infantil foi transferida para a Rua General Jardim. Inicialmente permaneceu em uma casa adaptada para, em seguida, ser instalada em prédio especialmente construído, local onde funciona até a presente data.

A criação da Biblioteca Infantil demonstra as preocupações da Divisão de Bibliotecas, e seu diretor, em relação à Infância. As ações ocorridas na referida biblioteca evidenciam a preocupação em fazer com que as crianças fossem agentes, protagonistas no cenário da biblioteca; *A Voz da Infância* e a preocupação em consultar as crianças para a formação do acervo deixam muito nítida essa intenção. As sessões de cinema infantil demonstram a preocupação em conquistar as crianças para o ambiente da biblioteca e o universo da leitura; iniciar o contato com as crianças por meio do cinema era também uma forma de inseri-las num circuito cultural, de novas e diversas informações, indo além do acesso ao impresso.

A BIBLIOTECA CIRCULANTE

A Biblioteca Circulante foi criada com o objetivo de estimular a população adulta ao uso de bibliotecas, dos livros e à leitura. Inspiradas na experiência norte-americana, tratava-se de dar acesso ao livro, levando-o diretamente às pessoas. Desse modo, além dos objetivos culturais, a referida biblioteca constituía-se em alternativa à falta de infraestrutura para a construção de uma rede de bibliotecas (BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 168).

A Circulante consistia em uma caminhonete adaptada que transportava os livros e estacionava em parques e jardins da cidade. Junto aos livros iam funcionários capacitados para o atendimento ao público. Começou a funcionar em fevereiro de 1936, com um roteiro que contemplava o Jardim da Luz, a Praça da República e os Parques Siqueira Campos e D. Pedro II, sendo que este último foi extinto do roteiro devido à falta de público (NEGRÃO, 1983, p. 65).

Sobre a Biblioteca Circulante, Rubens Borba de Moraes afirmava:

Resolvi fazer uma Biblioteca Circulante nos Parques, não com o intuito de fazer com que o leitor fosse estudar lá. Não. Era propaganda da Biblioteca. O sujeito vai ao Parque, pega uma revista, um livro, fica sabendo que pode ler com mais tempo na Biblioteca Municipal. Era uma propaganda da coisa. E foi excelente. Porque de fato isso conscientizou a população de que existia uma Biblioteca, onde se podia ler revistas, jornais e, tudo isso, sem pagar nada, sem burocracias, sem nada. Era entrar, pedir e sentar (apud BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 169).

O objetivo de promover a leitura nos parques parece não ter sido conquistado de modo satisfatório pela Biblioteca Circulante, pelo menos do ponto de vista da leitura de livros, cuja consulta era menor do que a de revistas e jornais. A própria configuração da cidade, com seus parques usados como locais de passagem, resultou em pouco uso da Biblioteca Circulante, que acabou, de fato, servindo mais como um chamariz para a Biblioteca Municipal.

Em consequência, em 1942, a Biblioteca Circulante foi desativada. Segundo os jornais, o fato se deu em decorrência da falta de gasolina, consequência da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, notemos que a desativação ocorreu em meio ao Estado Novo, durante a gestão Prestes Maia, cujo discurso afirmava estar a Biblioteca a serviço de proporcionar “romances policiais a uma dúzia de vagabundos escanchados nos bancos da praça da República, justamente nas horas de trabalho da população” (apud CAMARGO, 1999, p. 181).

Apesar de não ter alcançado de modo efetivo seus objetivos, a Biblioteca Circulante foi amplamente aceita por grande parte da população. Em 1936, por exemplo, o carro chegou a atender 25.126 pessoas, número significativo. Quando o serviço da Biblioteca Circulante foi encerrado, em 1942, um cronista do jornal *Correio Paulistano* chegou a sugerir que a Biblioteca continuasse seus serviços fazendo uso de tração animal (NEGRÃO, 1983, p. 66). Com isso pode-se perceber que Rubens Borba de Moraes conseguiu demonstrar, por meio de ações, a relevância de seus ideais.

AS BIBLIOTECAS POPULARES

Dos modelos de biblioteca planejados pela Divisão de Bibliotecas, as bibliotecas populares não chegaram a ser concretizadas. A criação dessas bibliotecas demandaria certo tempo e no breve espaço de atuação do Departamento de Cultura, longe do controle do Estado Novo, não houve condições para a criação dessa modalidade de serviço cultural.

No entanto, é importante compreender o que se pretendia com essas bibliotecas, pois, mais uma vez o caráter inovador das iniciativas do Departamento de Cultura se deixa entrever nos ideais de construção das bibliotecas populares. O simples nome dessas bibliotecas já é algo revelador, pois, num país em que os livros e a leitura eram bens acessíveis às pessoas mais abastadas, que compunham pequena parcela da sociedade, relacionar o termo *biblioteca* ao *popular* foi algo inusitado, que evidenciou aquilo que se almejava: democratizar a leitura.

Essas bibliotecas foram idealizadas para atender aos bairros operários e deveriam, além de livros, oferecer palestras e cursos para a população. Segundo consta no jornal *Diário*

da Noite, de 22 de janeiro de 1936, “as bibliotecas proletárias [estariam] abertas sábados e domingos [para] recrear o espírito das classes operárias e elevar-lhes o nível espiritual” (NEGRÃO, 1983, p. 57). Como se pode constatar, era evidente a preocupação em proporcionar atividades que ocupassem o tempo livre do trabalhador e, ao mesmo tempo, voltadas ao seu desenvolvimento cultural.

As bibliotecas populares seriam criadas em diversos pontos da cidade. Inicialmente, identificou-se a necessidade de construir tais bibliotecas nos bairros do Brás, Lapa e Móoca, todos operários e com elevado número de imigrantes. De acordo com Rubens Borba de Moraes:

O meu plano era em 10 anos fazer 10 bibliotecas em São Paulo [...]. Quem quizesse [sic] ler, ou pesquisar, ia a biblioteca do seu bairro. [...] E havia bairros por exemplo que teriam bibliotecas enormes. A maior estava prevista para a Móoca, que naquele tempo era o bairro operário de São Paulo, uma concentração habitacional enorme (apud RAFFAINI, 2001, p. 71).

É importante observar também, a intenção de construir uma rede de bibliotecas com certos serviços interligados. Rubens Borba de Moraes planejava integrar a Biblioteca Pública Municipal, que coordenaria a rede, às bibliotecas populares. Objetivava-se que a Biblioteca Municipal assumisse a responsabilidade pelos serviços técnicos e aquisição de obras; com isso, os bibliotecários dos bairros teriam mais tempo livre para atender às pessoas e desenvolver atividades junto à população (CAMARGO, 1999, p. 181).

Embora as bibliotecas populares não tenham se concretizado, as perspectivas de Rubens Borba de Moraes para essas instituições, provavelmente, serviram de inspiração em momentos posteriores. A própria idéia de centralização dos serviços técnicos e de aquisição é atualmente praticada no município de São Paulo.

A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

A Biblioteca Pública Municipal existia desde 1926 situada à Rua 7 Abril, no centro da cidade. Seu diretor, Eurico de Góes, aposentou-se em 1935, e, em seguida Rubens Borba de Moraes passou a chefiar a Biblioteca. A mudança foi significativa, uma vez que, o posicionamento clássico da instituição até aquele momento, com Moraes, se moderniza.

Sob direção de Rubens Borba de Moraes a Biblioteca Municipal passou a seguir uma política para a formação de acervo voltada à aquisição de obras capazes de “exercer uma influência nitidamente cultural” nas pessoas (DUARTE, 1985, p. 72). A coleção, que

inicialmente possuía 15000 volumes, aumentou consideravelmente à época do Departamento de Cultura. Para alcançar o objetivo de formar um acervo de qualidade, incluindo obras sobre o Brasil, a Divisão de Bibliotecas fez a aquisição da coleção Félix Pacheco. A referida coleção chegou a ser considerada na época a segunda *brasiliiana* existente no país (NEGRÃO, 1983, p. 69).

Sob coordenação de Rubens Borba de Moraes, a Biblioteca Municipal desenvolveu novo formato de atendimento ao público. Era o início da formação de um Serviço de Referência: bibliografias de títulos de livros e revistas de áreas específicas eram fornecidas às pessoas que solicitassem e o atendimento também poderia ser feito por carta ou telefone (NEGRÃO, 1983, p. 75).

Nessa mesma gestão, a Biblioteca Pública Estadual, extinta em 1937 e fechada definitivamente em 1938, teve sua coleção transferida para a Biblioteca Pública Municipal. Seu fechamento se deu em função do plano de criação de uma rede de bibliotecas, segundo o qual, caberia somente ao município de São Paulo a direção de bibliotecas não especializadas. No ano de 1942, a coleção da Biblioteca Estadual, de cerca de 40.000 volumes, passou a integrar a Biblioteca Pública Municipal que, estando instalada em novo prédio, possuía espaço para abrigar tal coleção (NEGRÃO, 1983, p. 70).

A Divisão de Bibliotecas, sob direção de Rubens Borba de Moraes empenhou-se para que se construísse um prédio próprio para a Biblioteca Pública Municipal – empreendimento que já era uma aspiração antiga de Eurico de Góes. Assim, em 1938, iniciou-se a construção do novo prédio. Com a construção do edifício da Biblioteca Pública Municipal, na Praça Dom José Gaspar no centro da cidade, São Paulo passaria a sediar moderna biblioteca pública. O projeto do edifício levou em consideração questões relacionadas ao bom ambiente para leitura e às facilidades para o funcionamento da biblioteca; idealizou-se um sistema de iluminação específico e uma torre onde ficariam armazenadas as obras. Houve preocupação com o espaço para circulação de pessoas e, também, planejou-se construir um apartamento para o diretor da instituição (CAMARGO, 1999, p. 181-183).

O edifício planejado para ser construído em 11 meses acabou tendo sua construção finalizada somente em 1941. Quando Prestes Maia assumiu a Prefeitura de São Paulo, o projeto ficou interrompido por certo tempo, porém, foi retomado em seguida. Embora a construção tenha sido continuada, o projeto inicial sofreu mudanças propostas pelo prefeito que, segundo Rubens Borba de Moraes, interferiam demasiadamente (NEGRÃO, 1983, p. 46). A afirmação de Rubens Borba de Moraes é confirmada pelas alterações que Prestes Maia impôs ao projeto da biblioteca: extinção do apartamento para o diretor;

substituição do sistema de iluminação do salão de leitura; colocação das colunas de sustentação da torre no centro do salão, ocupando espaço, dentre outros de menor relevância.

Com Prestes Maia na Prefeitura, Rubens Borba de Moraes tenta dar continuidade a suas atividades na Divisão de Bibliotecas, no entanto, suas exigências passaram a ser encaradas como impertinências. O intelectual estava inconformado com os rumos que a nova gestão municipal dava às ações do Departamento de Cultura e, segundo ele (apud BARBATO, 2004, p. 40), para Prestes Maia, “cultura não era função dele e [a Prefeitura] estava gastando um dinheiro que [...] não podia gastar”.

Em 1942, Rubens Borba de Moraes foi transferido da Divisão de Bibliotecas e, inconformado, deixou o cargo na Prefeitura. O evento ápice da situação foi narrado pelo intelectual:

O prefeito encomendou a um escultor uma estátua para pôr no hall da biblioteca. O hall era de circulação e portanto não cabia uma estátua ali. Essa consistia numa mulher de pé, de camisola, segurando um livro na barriga. E ele me fez um ofício pedindo que eu indicasse uma frase para pôr no livro. Então, diante da situação daquela biblioteca, mandei dizer para que gravasse – “Lasciate ogni speranza, voi ch' entrate” - . Não precisa dizer que, no dia seguinte ele me demitia (apud CAMARGO, 1999, p. 183).

Em meio ao Estado Novo, foi inaugurado, no dia 25 de janeiro de 1942, o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal. Não por acaso, a inauguração ocorreu no dia do aniversário da cidade, com a presença de Getúlio Vargas (NEGRÃO, 1983, p. 85). O prefeito que pretendia modernizar a cidade, acreditando que para tanto era necessário, sobretudo, construir grandes avenidas, inaugurou, na realidade, a fachada da biblioteca, pois, foi somente quase dois meses após a inauguração que o acervo começou a ser transferido para o novo prédio. Como parece acontecer com freqüência, a política acaba fazendo uso dos grandes projetos, especialmente os culturais, na exata medida de seus interesses mais imediatos.

Apesar de todas as alterações advindas com o novo regime, torna-se necessário observar que a Biblioteca Pública Municipal, construída em prédio planejado para fins de leitura pública e com modernas técnicas de organização do acervo, tornou-se paradigma para o país. A iniciativa de construção da biblioteca mostrou às outras regiões que a leitura era algo importante e que deveria ser democratizada. Foram freqüentes os momentos em que a Biblioteca Municipal estava lotada, com filas de espera para lá entrar. Adelpha Figueiredo aponta que em 1944: “tivemos ocasião em que a sala estava

totalmente cheia, havendo, na portaria, fila de 30 e mais pessoas aguardando lugar” (apud NEGRÃO, 1983, p. 122). No ano de 1960, a Biblioteca Municipal passa a denominar-se Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, em homenagem ao já falecido modernista, que tanto fez pela democratização da cultura no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a trajetória de Rubens Borba de Moraes na chefia da Divisão de Bibliotecas leva a observações acerca das grandes alterações sofridas no âmbito da cultura em geral, mas, sobretudo pelas bibliotecas, com o advento do Estado Novo. O projeto de construir diversas bibliotecas pela cidade não foi levado adiante do modo idealizado originalmente pelos gestores intelectuais à frente do Departamento de Cultura. A verba para compra de livros foi diminuída e a própria Biblioteca Pública Municipal, em 1943, tinha seu horário de atendimento reduzido, contando com menor número de funcionários. Embora os ideais dos intelectuais não tenham se realizado por completo, pode-se afirmar que a atuação da Divisão de Bibliotecas evidenciou a importância de democratizar o acesso à informação, naquele momento circunscrita, sobretudo, ao livro e à leitura. Num país em que poucos conviviam com esses bens, o Departamento de Cultura surge declarando a importância de democratizar o acesso ao conhecimento como forma de construir uma sociedade crítica.

No entanto, na cidade que ainda apresentava altas taxas de analfabetismo, o projeto de construção de diversas bibliotecas esbarrava na realidade e chegava a ser uma utopia. A sociedade não possuía “as estruturas de base para [acolhê-las] e nem uma política sócio-cultural de conjunto que [criasse] as condições necessárias para o seu desenvolvimento” (ESPARPIT apud PERROTTI, 1990, p. 49). Em relação à educação formal, necessária para desenvolver o domínio do código da escrita, o Departamento de Cultura nada podia fazer. Porém, o que estava ao alcance dos intelectuais foi feito no sentido de democratizar o acesso à Cultura. O Departamento ocupou-se em atender as diversas necessidades de informação da população, atento àquilo que seria necessário para a formação de uma sociedade capaz de construir laços com a produção cultural existente. Assim, a atuação de Rubens Borba de Moraes, na direção da Divisão de Bibliotecas, dentro dos limites que esbarravam na barreira do domínio da escrita, foi sentida pelo povo, centro das ações de democratização do livro e da leitura. Com isso, é possível afirmar que, ao menos para parte considerável da população, as bibliotecas mostraram sua importância.

Com isso, podemos observar claramente a importância da atuação profissional de Rubens Borba de Moraes para o desenvolvimento de ações efetivas no esforço de aproximar o indivíduo da cultura escrita. O intelectual, na direção da Divisão de Bibliotecas, empreendeu esforços para que as bibliotecas públicas fossem, de fato,

relevantes à sociedade. Assim, pode-se afirmar que Rubens Borba de Moraes atuou no sentido de transformar as bibliotecas públicas em espaço para a construção da cidadania, e encarava a criação de tais instituições, sobretudo, como forma de atender aos direitos dos cidadãos, de acesso à Educação e Cultura.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Suelena Pinto. Sobre o autor I BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Massagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004. p.47-63.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Rubens Borba de Moraes e a Biblioteca Municipal de São Paulo. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v.57, p.179-184, jan./dez. 1999.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MILANESI, Luis. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mario de Andrade**, São Paulo, v.51, p.59-64, jan./dez. 1993.

NEGRÃO, May Brooking. **Biblioteca pública municipal de São Paulo**: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1990. (Novas buscas em educação, v. 38).

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001. (Série Teses).

n: MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p.9-11.